Demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial em 30 de junho 2018 e de 2017 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Banco Volkswagen S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Volkswagen S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 – Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(g)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei no 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis, que divulga:

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN.

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria com ressalva, devido ao ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, datado de 27 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa 2-Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Carlos Augusto da Silva Contador CRC 1SP197007/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

Λ.	П	M	
A		v	u

	2018	2017
CIRCULANTE	9.012.279	9.558.247
Disponibilidades	3.403	4.663
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	714.196	612.755
Aplicações no mercado aberto	714.196	572.678
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	40.077
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	122.113	175.667
Carteira própria (Nota 4)	122.039	145.400
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	74	30.267
Operações de crédito (Nota 6)	6.950.317	7.241.623
Operações de crédito - setor privado	7.243.180	7.581.043
Provisão para operações de crédito - setor privado	(292.863)	(339.420)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(644)	(500)
Arrendamentos a receber - setor privado	106.244	81.689
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(103.952)	(79.702)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.936)	(2.487)
Outros créditos	1.172.002	1.455.234
Créditos tributários (Nota 18 (a))	617.788	1.009.277
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	237.889	149.121
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(2.279)	(1.339)
Diversos (Nota 7)	318.604	298.175
Outros valores e bens	50.892	68.805
Despesas antecipadas (Nota 8)	2.523	6.877
Outros valores e bens	48.369	61.928
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.289.930	5.958.743
Operações de crédito (Nota 6)	5.037.331	5.197.090
Operações de crédito - setor privado	5.457.670	5.748.928
Provisão para operações de crédito - setor privado	(420.339)	(551.838)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(842)	(1.138)
Arrendamentos a receber - setor privado	105.334	117.223
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(104.694)	(115.941)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(1.482)	(2.420)
Outros créditos	1.252.865	761.064
Créditos tributários (Nota 18 (a))	483.316	100.329
Diversos (Nota 7)	769.549	660.735
Outros valores e bens	576	1.727
Despesas antecipadas (Nota 8)	576	1.727
PERMANENTE	311.410	282.090
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	331	12
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (g))	289.787	254.733
Bens arrendados	356.061	335.248
Depreciações acumuladas	(66.274)	(80.515)
Intangível	21.292	27.345
Ativos intangíveis - líquido de amortização	21.292	27.345
TOTAL DO ATIVO	15 612 610	15.799.080
IOTAL DO ATIVO	15.613.619	13.799.080

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2018	2017
CIRCULANTE	5.779.113	5.253.250
Depósitos (Nota 9)	3.047.871	1.339.933
Depósitos interfinanceiros	-	242.985
Depósitos a prazo	3.047.871	1.096.948
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 10)	661.012	-
Recursos de letras financeiras	661.012	-
Obrigações por empréstimos (Nota 11)	<u> </u>	1.122.348
Empréstimos no país	-	956.602
Empréstimos no exterior	-	165.746
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 12)	1.553.178	2.160.130
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	76_	7.115
Outras obrigações	516.976	623.724
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.288	3.615
Fiscais e previdenciárias (Nota 13)	146.994	80.763
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	20.027	31.508
Dívidas subordinadas (Nota 15)	111.507	111.155
Diversas (Nota 16)	235.160	396.683
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	6.809.482	7.569.062
Depósitos (Nota 9)	1.689.088	1.915.866
Depósitos interfinanceiros	235.310	60.121
Depósitos a prazo	1.453.778	1.855.745
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 10)	587.011	613.772
Recursos de letras financeiras	587.011	613.772
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 12)	1.664.520	2.268.041
Outras obrigações	2.868.863	2.771.383
Fiscais e previdenciárias (Nota 13)	165.296	121.884
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	20.139	10.169
Provisão para contingências (Nota 14)	885.712	878.646
Dívidas subordinadas (Nota 15)	595.915	646.189
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 15)	1.151.058	1.049.083
Diversas (Nota 16)	50.743	65.412
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Nota 2 (q))	97.406	115.551
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	2.927.618	2.861.217
Capital social de domiciliados no país	1.307.883	1.307.883
Reserva de lucros	1.336.879	1.333.558
Lucros acumulados	282.856	219.776
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.613.619	15.799.080

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO Em milhares de reais

	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.330.044	1.276.342
Operações de crédito	1.220.278	1.232.051
Operações de arrendamento mercantil	81.291	51.529
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18.931	57.428
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	(1.390)	(71.446)
Operações de venda de ativos financeiros	10.934	6.780
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(540.896)	(636.691)
Operações de captação no mercado	(249.376)	(286.790)
Operações de empréstimos e repasses	(114.885)	(145.479)
Operações de arrendamento mercantil	(53.900)	(34.743)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (f))	(122.735)	(169.679)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	789.148	639.651
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(252.083)	(224.625)
Receitas de prestação de serviços (Nota 20 (e))	99.954	109.586
Rendas de tarifas bancárias (Nota 20 (f))	32.390	26.910
Despesas de pessoal	(1.113)	(913)
Outras despesas administrativas (Nota 20 (b))	(146.017)	(153.239)
Despesas tributárias	(44.448)	(32.578)
Outras receitas operacionais (Nota 20 (c))	164.129	64.669
Outras despesas operacionais (Nota 20 (d))	(356.978)	(239.060)
RESULTADO OPERACIONAL	537.065	415.026
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20 (g))	(11.103)	(13.214)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	525.962	401.812
Imposto de renda (Nota 18)	(132.003)	(97.390)
Contribuição social (Nota 18)	(96.215)	(73.079)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	297.744	231.343
Lucro por ação do capital social no fim do semestre - R\$	0,87	0,74

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Volkswagen S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO Em milhares de reais

				Reserva de lucros		
	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.307.883	18.515	124.616	1.178.860	-	2.629.874
Lucro líquido do semestre Destinações:	-	-	-	-	231.343	231.343
Reserva legal	-	-	11.567	-	(11.567)	-
Em 30 de junho de 2017	1.307.883	18.515	136.183	1.178.860	219.776	2.861.217
Em 31 de dezembro de 2017	1.307.883	18.515	150.299	1.153.177	-	2.629.874
Lucro líquido do semestre Destinações:	-	-	-	-	297.744	297.744
Reserva legal	-	-	14.887	-	(14.887)	-
Em 30 de junho de 2018	1.307.883	18.515	165.186	1.153.177	282.857	2.927.618

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

Lucro líquido do semestre 297.744 231.343 Ajustes ao lucro líquido do semestre 4.357 5.618 Provisão para devedores duvidosos 122.735 169.679 169.0679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 122.735 169.679 175 169.679 175 17		2018	2017
Ajustes ao lucro líquido: Amortizações e depreciações 4.357 5.618 Provisão para devedores duvidosos 122.735 169.679 Juros de operações de dividas subordinadas e instrumentos de divida elegiveis a capital 84.210 82.427 Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos 175 94.263 Provisão (reversão) para outros valores e bens (3.484) (69) Recursos de consorciados - grupos encerrados (2.138) (1.319) Provisão para contingências e obrigações legais 107.464 79.043 Tributos diferidos 81.749 56.285 LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE 692.812 717.270 Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 <td< td=""><td>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</td><td></td><td></td></td<>	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortizações e depreciações 4.357 5.618 Provisão para devedores duvidosos 12.735 169.679 Juros de operações de dividas subordinadas e instrumentos de divida 2 elegiveis a capital 84.210 82.427 Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros defrivativos 175 94.263 Provisão (reversão) para outros valores e bens (2.3484) (69) Recursos de consorciados - grupos encerrados (2.138) (1.319) Provisão para contingências e obrigações legais 107.464 79.043 Tributos diferidos 81.749 56.285 LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE 692.812 717.270 Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.4877) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAM	Lucro líquido do semestre	297.744	231.343
Provisão para devedores duvidosos 122.735 169.679 Juros de operações de dividas subordinadas e instrumentos de divida elegíveis a capital elegíveis a capital 84.210 82.427 Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos 175 94.263 Provisão (reversão) para outros valores e bens (3.484) (69) Recursos de consorciados - grupos encerrados (2.138) (1.319) Provisão para contingências e obrigações legais 107.464 79.043 Tributos diferidos 81.749 56.285 LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE 692.812 717.270 Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852)	Ajustes ao lucro líquido:		
Surpos de operações de dividas subordinadas e instrumentos de divida elegíveis a capital elegíveis a capital Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos 175 94,263 175 94,263 175 94,263 175 94,263 175			
elegíveis a capital 84.210 82.427 Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos 175 94.263 Provisão (reversão) para outros valores e bens (3.484) (69) Recursos de consorciados - grupos encerrados (2.138) (1.319) Provisão para contingências e obrigações legais 107.464 79.043 Tributos diferidos 81.749 56.285 LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE 692.812 717.270 Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.487) (24.491) VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) 997.043	Provisão para devedores duvidosos	122.735	169.679
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos 175 94.263 Provisão (reversão) para outros valores e bens (3.484) (69) Recursos de consorciados - grupos encerrados (2.138) (1.319) Provisão para contingências e obrigações legais 107.464 79.043 Tributos diferidos 81.749 56.285 LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE 692.812 717.270 Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.487) (24.491) VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos - (625.175) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043)			
derivativos 175 94.263 Provisão (reversão) para outros valores e bens (3.484) (69) Recursos de consorciados - grupos encerrados (2.138) (1.319) Provisão para contingências e obrigações legais 107.464 79.043 Tributos diferidos 81.749 56.285 LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE 692.812 717.270 Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.487) (24.491) VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos 515.081 (448.464) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em outras obrigações (852.532) (358.078) Aumento (redução) em outras obrigações (852.532) (358.078) Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros (19.387) (19.320) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (1.980.778) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 417.357 (254.890) CalXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2.489) (2.892) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040)	-	84.210	82.427
Provisão (reversão) para outros valores e bens (3.484) (69) Recursos de consorciados - grupos encerrados (2.138) (1.319) Provisão para contingências e obrigações legais 107.464 79.043 77.004 79.043 77.004 79.043 77.004 79.043 77.004 79.043 77.005 79.004		475	04.000
Recursos de consorciados - grupos encerrados (2.138) (1.319) Provisão para contingências e obrigações legais 107.464 79.043 Tributos diferidos 81.749 56.285 LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE 692.812 717.270 Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.487) (24.491) VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em ecursos de aceites e emissão de títulos 515.081 (448.464) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em outras obrigações por empréstimos (852.532) (358.078) Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros (19.378) (19.378) </td <td></td> <td></td> <td></td>			
Provisão para contingências e obrigações legais 107.464 79.043 Tributos diferidos 81.749 56.285 LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE 692.812 717.270 Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.487) (24.491) VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em excursos de aceites e emissão de títulos 515.081 (448.464) Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos 515.081 (448.464) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em oresultados de exercícios futuros (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (19.387) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVID		,	, ,
Tributos diferidos	- •	, ,	, ,
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE 692.812 717.270 Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.487) (24.491) VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (19.378) (19.378) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 417.357 (254.890) Aquisição de imobilizado de uso (341) - <t< td=""><td></td><td></td><td></td></t<>			
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.487) (24.491) VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em outras obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em outras obrigações por empréstimos (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (1.980.778) (25.890) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2.489)	_		
financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.487) (24.491) VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em outras obrigações (852.532) (358.078) Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (19.378) (19.380,778) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 417.357 (254.890) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2.489) (2.892) <	LOCKO LIQUIDO AJOSTADO DO SEMIESTRE	092.012	717.270
financeiros derivativos 7.978 13.951 Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil (208.709) 1.203.010 Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.487) (24.491) VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em outras obrigações (852.532) (358.078) Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (19.378) (19.380,778) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 417.357 (254.890) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2.489) (2.892) <	Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos		
Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.487) (24.491) VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos 515.081 (448.464) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos - (625.175) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em outras obrigações (852.532) (358.078) Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (1.980.778) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 417.357 (254.890) Aquisição de imobilizado de uso (341) - Aquisição de ativo intangível (2.148) (2.892) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (56.345)		7.978	13.951
Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens 72.141 (183.852) Imposto de renda e contribuição social pagos (127.487) (24.491) VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos 515.081 (448.464) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos - (625.175) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em outras obrigações (852.532) (358.078) Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (1.980.778) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 417.357 (254.890) Aquisição de imobilizado de uso (341) - Aquisição de ativo intangível (2.148) (2.892) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (56.345)	Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil		
VARIAÇÃO DE ATIVOS (256.077) 1.008.618 Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos 515.081 (448.464) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos - (625.175) (625.175) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em outras obrigações (852.532) (358.078) Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (1.980.778) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 417.357 (254.890) Aquisição de imobilizado de uso (341) - Aquisição de ativo intangível (2.148) (2.892) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2.489) (2.892) Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CA		` ,	(183.852)
Aumento (redução) em depósitos 1.097.447 1.019.921 Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos 515.081 (448.464) Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME (544.491) (997.043) Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos - (625.175) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos (215.496) (558.719) Aumento (redução) em outras obrigações (852.532) (358.078) Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (1.980.778) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 417.357 (254.890) Aquisição de imobilizado de uso (341) - Aquisição de ativo intangível (2.148) (2.892) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2.489) (2.892) Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.		(127.487)	, ,
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos Aumento (redução) em obrigações por empréstimos Aumento (redução) em outras obrigações Aumento (redução) em outras obrigações Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros VARIAÇÃO DE PASSIVOS (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Aquisição de imobilizado de uso Aquisição de ativo intangível (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (303.822) Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 2 (d)) 722.864	VARIAÇÃO DE ATIVOS	(256.077)	1.008.618
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos Aumento (redução) em obrigações por empréstimos Aumento (redução) em outras obrigações Aumento (redução) em outras obrigações Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros VARIAÇÃO DE PASSIVOS (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Aquisição de imobilizado de uso Aquisição de ativo intangível (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (303.822) Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 2 (d)) 722.864			
Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos - (625.175) Aumento (redução) em obrigações por empréstimos Aumento (redução) em outras obrigações Aumento (redução) em outras obrigações Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros (19.387) Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (19.378) (19.378) (19.378) (254.890) Aquisição de imobilizado de uso Aquisição de ativo intangível (2.148) (2.892) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2.489) Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Caixa e equivalentes de caixa no início do período (364.341) 926.342 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) 722.864			
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos Aumento (redução) em obrigações por empréstimos Aumento (redução) em outras obrigações Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (1980.778) (254.890) Aquisição de imobilizado de uso Aquisição de ativo intangível (2.148) (2.892) (2.148) (2.892) Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (341) (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) (215.496) (215.496) (215.496) (45.82.520) (19.387) (19.387) (19.380.778) (19.380.778) (19.380.778) (19.380.778) (19.380.778) (19.380.778) (19.380.778) (254.890) (2.148) (2.892) (2.489) (2.489) (2.489) (2.489) (2.60.345) (46.040) (2.489) (2.489)			
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos Aumento (redução) em outras obrigações Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros (19.387) (13.220) VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (19.378) (19.378) (19.378) (19.378) (19.378) (254.890) Aquisição de imobilizado de uso Aquisição de ativo intangível (2.148) (2.892) (2.148) (2.892) Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (2) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (2) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (303.822) (2) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (303.822) Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 2 (d)) (722.864) (303.822)		(544.491)	,
Aumento (redução) em outras obrigações Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros VARIAÇÃO DE PASSIVOS (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Aquisição de imobilizado de uso Aquisição de ativo intangível (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520		-	, ,
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros VARIAÇÃO DE PASSIVOS (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Aquisição de imobilizado de uso Aquisição de ativo intangível (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) (52.887) (19.387) (254.890)		·	, ,
VARIAÇÃO DE PASSIVOS (19.378) (1.980.778) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 417.357 (254.890) Aquisição de imobilizado de uso (341) - Aquisição de ativo intangível (2.148) (2.892) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2.489) (2.892) Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 358.523 (303.822) Caixa e equivalentes de caixa no início do período 364.341 926.342 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520		,	
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS Aquisição de imobilizado de uso Aquisição de ativo intangível (2.148) (2.892) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 358.523 (303.822) Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520			
Aquisição de imobilizado de uso Aquisição de ativo intangível (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520			
Aquisição de ativo intangível (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2.489) Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520	(=) CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	417.357	(254.890)
Aquisição de ativo intangível (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2.489) Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520	Aguiciaão do imphilizado do uso	(244)	
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520	, ,	` '	- (2.002)
Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 358.523 (303.822) Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520			
instrumentos de dívida elegíveis a capital (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 358.523 (303.822) Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520	(=) CAIXA LIQUIDO DAS ATTVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.409)	(2.092)
instrumentos de dívida elegíveis a capital (56.345) (46.040) (=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (56.345) (46.040) (=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 358.523 (303.822) Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520	Auronata (nadus sa) ana akaisa a sa da dúidea aukandinada a		
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO(56.345)(46.040)(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA358.523(303.822)Caixa e equivalentes de caixa no início do período364.341926.342Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d))722.864622.520		(56 345)	(46.040)
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA358.523(303.822)Caixa e equivalentes de caixa no início do período364.341926.342Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d))722.864622.520	_		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período 364.341 926.342 Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520	(-) CAINA EIROIDO DAG ATIVIDADES DE L'INANCIAMENTO	(30.343)	(+0.0+0)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520	(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	358.523	(303.822)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d)) 722.864 622.520	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	364.341	926.342
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. (o "Banco") e demais entidades do conglomerado prudencial (conjuntamente, o "Grupo") estão autorizados a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações do Grupo são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram aprovadas pela Diretoria em 27 de agosto de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.280/13 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras do Grupo incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(b) Consolidação

Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14, as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas a partir das demonstrações da instituição líder, o Banco, baseando-se em técnicas de consolidação de demonstrações financeiras.

Escopo de consolidação

Além do Banco, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, incluem as empresas abaixo, sobre as quais o Banco detém controle direto ou indireto.

Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. - CNVW, empresa que administra os recursos provenientes das cotas dos grupos de consórcio de veículos Volkswagen, na qual o Banco tem participação de 99,999996%, sendo assim controle direto.

Driver Brasil One Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Em 30 de junho de 2018

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro líquido do semestre
Banco	15.892.299	12.964.681	2.927.618	15.892.299	297.744
CNVW	718.695	215.773	502.922	718.695	35.387
FIDC	33.591	289	33.302	33.591	5.868
Eliminações	(1.030.966)	(494.742)	(536.224)	(1.030.966)	(41.255)
Consolidado	15.613.619	12.686.001	2.927.618	15.613.619	297.744

Em 30 de junho de 2017

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro líquido do semestre
Banco	16.060.535	13.199.318	2.861.217	16.060.535	231.343
CNVW	603.765	167.801	435.964	603.765	52.374
FIDC	264.421	9.825	254.596	264.421	23.569
Eliminações	(1.129.641)	(439.081)	(690.560)	(1.129.641)	(75.943)
Consolidado	15.799.080	12.937.863	2.861.217	15.799.080	231.343

(c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas de arrendamento mercantil calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Na administradora de consórcio, a taxa de administração devida pelos participantes do consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, e a despesa de comissão sobre a venda de quotas de consórcio é reconhecida no resultado quando do seu efetivo pagamento.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2018	2017
Disponibilidades - depósitos bancários Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	3.403	4.663
Aplicações no mercado aberto Aplicações em depósitos interfinanceiros	714.196 -	572.678 40.077
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	5.265	5.102
	722.864	622.520

(e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(f) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

- I Títulos mantidos até o vencimento adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- II Títulos para negociação adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- III Títulos disponíveis para venda não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) do Grupo foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado do exercício, inclusive as operações com finalidade de *hedge*, as quais são destinadas a *hedge* de risco de mercado.

(g) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas a valor presente com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

I - Operações de arrendamento mercantil

I. (i) - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

I. (ii) - Perdas em arrendamentos

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil são registradas no imobilizado de arrendamento e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. No balanço patrimonial, estas perdas e as amortizações correspondem ao montante líquido de R\$ 1.580 (2017 - R\$ 4.240). Os ganhos são registrados no resultado.

I. (iii) - Superveniência/(insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento (item II) diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente. A superveniência/(insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

A receita de superveniência de depreciação registrada no semestre findo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 6.957 (2017 – despesa de insuficiência de R\$ 4.345) e está apresentada na rubrica de receita com operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no semestre findo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 42.539 (2017 - R\$ 34.398) e está registrado na rubrica de imobilizado de arrendamento.

(h) Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(i) Outros valores e bens

Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

(j) Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação do imobilizado e amortização do intangível, que são calculadas pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(I) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

(m) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

(n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- I Ativos contingentes os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;
- II Passivos contingentes os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;
- III Obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(o) Recursos de consorciados – grupos encerrados

Representam os valores transferidos para a administradora a título de recursos não procurados por consorciados, aplicados e remunerados em conformidade com os recursos de grupos de consórcio ativos, conforme disposto no artigo 26 da Lei nº 11.795/08.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

(p) Imposto de renda e contribuição social

No Grupo a provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. No Banco a provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.

(q) Resultado de exercícios futuros

Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

(r) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Aplicações no m	ercado aberto	Aplicações em depósitos interfinanceiros
	2018	2017	2017
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	83.998	421.787	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	459.043	13.891	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	171.155	137.000	-
Pós-fixado DI			40.077
	714.196	572.678	40.077

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em cotas de fundo de investimento, no montante de R\$ 116.774 (2017 – R\$ 140.298), com liquidez imediata, e são classificados como disponíveis para venda. A carteira do fundo é composta principalmente por investimentos em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos, marcados a mercado. O valor de mercado e o custo amortizado para estas operações, na data base, são semelhantes.

O Grupo também possui aplicações em certificados de depósito bancário no valor de R\$ 5.265 (2017 – R\$ 5.102), com rendimento indexado pelo DI e vencimento até 90 dias, classificadas como disponíveis para venda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos do Grupo, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&F Bovespa - B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 30 de junho, a carteira de derivativos é formada por operações de *swap* de taxa de juros e de variação cambial, conforme abaixo:

				2018
	Valor			Receita
Tipo	nocional	Ativo	(Passivo)	(Despesa)
Swap - Pré x DI	15.372	74	-	1.594
Swap - DI x Pré	15.372	-	(76)	(50)
Swap de variação cambial -				
hedge de risco de mercado		<u>-</u> _	<u> </u>	(2.934)
	_	74	(76)	(1.390)
Circulante	_	74	(76)	

				2017
	Valor			Receita
Tipo	nocional	Ativo	(Passivo)	(Despesa)
Swap - Pré x DI	242.871	548	-	4.040
Swap - DI x Pré	241.871	-	(568)	(1.688)
Swap de variação cambial -				
hedge de risco de mercado	1.072.000	29.719	(6.547)	(73.798)
		30.267	(7.115)	(71.446)
Circulante		30.267	(7.115)	

Hedge

A estratégia de *hedge* do Grupo visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* classificadas como *hedge* de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

Para se proteger da exposição à variação cambial do dólar proveniente da contratação de empréstimos no país e no exterior, o Grupo possuía contratos de *swap* que venceram no primeiro semestre de 2018. Em 30 de junho de 2017 o valor nocional era de R\$ 1.072.000. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado com reflexo negativo no resultado do primeiro semestre de 2018 de R\$ 2.934 (2017 – negativo em R\$ 73.797).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN 3.082/02. Em 30 de junho de 2018 e de 2017, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

nº

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Operações de crédito	12.700.850	13.329.971
Operações de arrendamento mercantil	252.553	216.325
Outros créditos - títulos e créditos a receber	237.889	149.121
	13.191.292	13.695.417

(b) Valor presente da carteira de arrendamento mercantil

2018	2017
2.932	3.269
353.034	323.118
(107.366)	(107.023)
42.539	34.398
3.027	12.130
(1.447)	(7.890)
(40.166)	(41.677)
252.553	216.325
	2.932 353.034 (107.366) 42.539 3.027 (1.447) (40.166)

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2023 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 97.265 (2017 - R\$ 88.677), sendo que desse total R\$ 40.166 (2017 - R\$ 41.677) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

(c) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

_	_	_	_
~	n	•	O

_		Curso anormal			
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	676.150	676.150	117
Α	-	-	7.773.056	7.773.056	39.492
В	96.451	26.608	2.050.630	2.173.689	21.665
С	144.559	11.803	1.131.387	1.287.749	38.628
D	109.890	14.048	315.079	439.017	42.964
E	61.910	9.146	226.596	297.652	89.321
F	27.156	6.389	47.285	80.830	40.415
G	31.685	11.494	10.159	53.338	37.486
Н	194.814	99.523	115.474	409.811	409.811
_	666.465	179.011	12.345.816	13.191.292	719.899

2017

_	(Curso anormal			
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	418.240	418.240	57
Α	-	-	8.182.483	8.182.483	41.856
В	83.902	38.377	1.869.172	1.991.451	19.914
С	185.445	13.380	1.238.702	1.437.527	43.141
D	151.645	15.491	438.264	605.400	59.828
E	148.561	21.245	187.851	357.657	107.675
F	51.381	12.781	28.608	92.770	46.385
G	54.659	12.785	36.698	104.142	72.901
Η _	258.991	119.225	127.531	505.747	505.747
_	934.584	233.284	12.527.549	13.695.417	897.504

(d) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

			2018
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	213.346	4.661.569	4.874.915
De 181 a 360 dias	158.817	2.551.378	2.710.195
Acima de 361 dias	294.302	5.099.181	5.393.483
	666.465	12.312.128	12.978.593
vencidos			
De 01 a 14 dias	19.964	33.688	53.652
De 15 a 60 dias	48.354	-	48.354
De 61 a 180 dias	61.791	-	61.791
De 181 a 360 dias	48.902	<u> </u>	48.902
	179.011	33.688	212.699
	845.476	12.345.816	13.191.292

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

			2017
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	271.891	4.634.749	4.906.640
De 181 a 360 dias	218.492	2.646.064	2.864.556
Acima de 361 dias	444.201	5.186.433	5.630.634
_	934.584	12.467.246	13.401.830
vencidos			
De 01 a 14 dias	30.828	60.303	91.131
De 15 a 60 dias	61.780	-	61.780
De 61 a 180 dias	91.895	-	91.895
De 181 a 360 dias	48.781	<u> </u>	48.781
<u>-</u>	233.284	60.303	293.587
<u>-</u>	1.167.868	12.527.549	13.695.417

(e) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Pessoas físicas	5.199.300	5.439.154
Outros serviços	4.248.303	4.543.192
Comércio	3.165.590	3.053.750
Indústria	515.992	595.906
Rural	25.893	37.446
Habitação	26.054	18.559
Intermediário financeiro	10.160	7.410
=	13.191.292	13.695.417
Comércio Indústria Rural Habitação	3.165.590 515.992 25.893 26.054 10.160	3.053.7 595.9 37.4 18.9

(f) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	792.722	1.072.743
Constituição de provisão	122.735	169.679
Baixas por utilização	(195.558)	(344.918)
Saldo final	719.899	897.504

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 214.536 (2017 - R\$ 130.582). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 20.844 (2017 - R\$ 21.150) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 30 de junho é de R\$ 136.656 (2017 - R\$ 183.767).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

_	2018	2017
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 14 (a))	681.345	619.250
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	201.357	222.946
Impostos e contribuições a compensar	205.451	116.714
Total	1.088.153	958.910
Circulante	318.604	298.175
Realizável a longo prazo	769.549	660.735

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, principalmente, a comissões de operações de crédito e arrendamento mercantil originadas até 31 de dezembro de 2014, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos. As despesas apropriadas referentes a estas comissões no semestre findo em 30 de junho de 2018 são de R\$ 1.911 (2017 - R\$ 7.927). O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R\$ 3.099 (2017 - R\$ 8.604).

9. DEPÓSITOS

A carteira de depósitos está custodiada na CETIP, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 97,5% a 105,4% do DI (2017 - 98,0% a 106,7% do DI).

Em 30 de junho, é composta como segue:

	2018		2017
Interfinanceiros	A prazo	Interfinanceiros	A prazo
-	316.739	60.671	156.121
-	2.731.132	182.314	940.827
235.310	985.896	60.121	1.418.846
<u> </u>	467.882		436.899
235.310	4.501.649	303.106	2.952.693
	235.310 -	Interfinanceiros	Interfinanceiros A prazo Interfinanceiros - 316.739 60.671 - 2.731.132 182.314 235.310 985.896 60.121 - 467.882 -

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pelo Banco, custodiadas na CETIP, no montante de R\$ 1.248.023, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 103,5% a 105,0% do DI, com vencimento até junho de 2020 (2017 – R\$ 613.772 de 104,0% a 105,0% do DI, com vencimento até junho de 2019).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Referem-se a captações de recursos no país e no exterior que venceram no primeiro semestre de 2018. Em 30 de junho de 2017 o valor das operações em dolar era de USD 337.356. O montante das obrigações por empréstimos atualizado era de R\$ 1.122.348 a taxas de juros prefixadas de 2,3% a 2,5% ao ano.

Estes empréstimos foram avaliados ao valor de mercado nas mesmas condições que seus instrumentos derivativos para a cobertura de riscos com a variação cambial e taxa de juros, por se tratar de item objeto de *hedge* de risco de mercado nos parâmetros estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/02 (Nota 5).

Em 30 de junho de 2017, os prazos de vencimentos das obrigações por empréstimos eram de:

	2017
No exterior	No país
-	743.745
165.746	212.857
165.746	956.602
	165.746

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES – FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. A distribuição das obrigações por repasses - FINAME por prazo de vencimento é:

	2018	2017
Até 90 dias	452.720	618.600
De 91 a 365 dias	1.100.458	1.541.530
De 1 a 3 anos	1.313.101	1.883.727
Acima de 3 anos	351.419	384.314
Total	3.217.698	4.428.171

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	2017
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	135.278	75.846
Impostos e contribuições a pagar	41.924	33.790
Passivos tributários diferidos (Nota 18 (b))	135.088	93.011
Total	312.290	202.647
Circulante	146.994	80.763
Exigível a longo prazo	165.296	121.884

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 30 de junho, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqu	ueios judiciais
_	2018	2017	2018	2017
Reclamações trabalhistas (Nota 14 (c))	108.175	14.030	6.115	9.437
Reclamações cíveis (Nota 14 (c))	190.031	179.814	74.400	100.906
Riscos fiscais (Nota 14 (c))	121.294	81.247	82.857	77.873
Obrigações legais (Nota 14 (c))	466.212	603.555	517.973	431.034
Total	885.712	878.646	681.345	619.250
Exigível / realizável a longo prazo	885.712	878.646	681.345	619.250

(b) Em 30 de junho, a movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais		
	2018	2017	
Saldo inicial	983.502	809.269	
Constituição	170.375	78.276	
Reversão	(73.145)	(26.721)	
Baixa (i)	(205.254)	(9.666)	
Atualização monetária	10.234	27.488	
Saldo final	885.712	878.646	

(i) Refere-se, principalmente, a baixa de obrigações legais (Nota 14 (d)).

A administração do Grupo avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financiário, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados, pedidos de reconhecimento da responsabilidade solidária/subsidiária da Administradora, nos processos judiciais propostos por ex-empregados das empresas (representantes de cotas de consórcios), contratadas pela Administradora, e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. Desde o segundo semestre de 2017, as provisões passaram a considerar o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, e a restituição dos valores pagos a título de prestações de consórcio, decorrente da desistência ou exclusão de participante de grupo, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas do Grupo.

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no município de São Paulo, no total de R\$ 63.281 (2017 – R\$ 60.567) e à discussão quanto a cobrança de INSS, no total de R\$ 27.128 (2017 – nil).

Obrigações legais — referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 413.943 (2017 - R\$ 336.001) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 26.382 (2017 — R\$ 25.404); à provisão da CSLL, referente autuação da Receita Federal dos exercícios de 1999 a 2003, que contraria a decisão transitada em julgado a favor de entidade do Grupo, no montante de R\$ 14.407 (2017 — R\$ 14.014); e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS, nos montantes de R\$ 2.006 (2017 — R\$ 1.456) e R\$ 9.133 (2017 - R\$ 6.140), respectivamente.

(d) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em setembro de 2017, o Banco aderiu ao PERT, previsto na Lei nº 13.496/17, perante à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e à Receita Federal do Brasil - RFB, para liquidação de débitos relativos a exclusão dos juros moratórios da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, no montante total de R\$ 223.085. Em fevereiro de 2018 a Instituição finalizou a operação de aquisição de créditos tributários de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL de empresa do grupo. A compra dos créditos tributários com deságio que refletisse condições de mercado gerou um ganho de R\$ 89.226 (Nota 21 (c)), registrado na demonstração do resultado no mesmo mês.

(e) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

O Grupo tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2018	2017
Tributárias		
IOF (i)	610.384	586.761
IRPJ/CSLL (ii)	291.885	250.982
ISS (iii)	337.823	256.856
CPMF (iv)	-	53.021
INSS (v)	-	25.579
Outros	75.777	60.720
	1.315.869	1.233.919

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

Cíveis		
Ações revisionais	24.578	28.994
	24.578	28.994
Trabalhistas		
Reclamações trabalhistas (vi)		13.746
		13.746

- (i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007.
- (ii) Discussão de IRPJ/CSLL e multa referente amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.
- (iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.
- (iv) Discussão acerca da aplicação da alíquota zero da CPMF incidente sobre captação de recursos para operações de arrendamento mercantil. No primeiro semestre de 2018, transitaram em julgado, com decisão favorável para a Instituição.
- (v) Discussão acerca da definição do responsável tributário pelo recolhimento do INSS incidente sobre o pagamento de bonificações em razão da intermediação de contratos de financiamento, sendo que, no segundo semestre de 2017 a sua classificação passou para risco provável.
- (vi) Processos passaram de risco possível para risco provável a partir do segundo semestre de 2017.

15. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na CETIP. Em 30 de junho, são compostas como segue:

	Valor origir	nal da operação		Saldo
Prazo até o vencimento	2018	2017	2018	2017
Até 1 ano	53.762	58.389	111.507	111.155
De 1 a 3 anos	100.115	107.898	203.643	201.153
De 3 a 5 anos	209.587	112.367	411.715	204.480
Acima de 5 anos	643.265	786.464	1.131.615	1.289.639
_	1.006.729	1.065.118	1.858.480	1.806.427

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 10,6% ao ano (2017 – 8,7% a 10,8% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica "instrumentos de dívidas elegíveis a capital". Em 30 de junho de 2018, o montante referente a esses passivos é de R\$ 1.151.058 (2017 – R\$ 1.049.083). As demais operações continuam sendo registradas em "dívidas subordinadas", inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

Em 30 de junho de 2018, o valor utilizado como Nível II do patrimônio de referência do Grupo, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 927.848 (2017 – R\$ 956.918).

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	2018	2017
Recursos de consorciados - grupos encerrados (Nota 2 (o))	95.043	91.380
Contas a pagar	73.795	39.464
Recebimentos em trânsito a processar	49.165	88.574
Contratos de financiamentos a pagar	30.865	7.962
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	15.456	212.037
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 20 (h))	77	71
Outros	21.502	22.607
Total	285.903	462.095
Circulante	235.160	396.683
Exigível a longo prazo	50.743	65.412

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2017 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários do Grupo foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências no valor de R\$ 1.101.104 (2017 - R\$ 1.109.606), considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização.

(a) Créditos tributários - período de realização

	Dez/2018	2019	2020	2021	2022	A partir de 2023
Imposto de renda e						
contribuição social	336.448	281.340	188.435	11.341	11.053	272.487

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho totaliza R\$ 917.728 (2017 - R\$ 967.972) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	Créditos tributários		Passivos tribu	tários diferidos
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	1.166.355	1.153.836	118.590	80.957
Constituição	242.839	217.867	17.854	29.890
Realização	(308.090)	(262.097)	(1.356)	(17.836)
Saldo final	1.101.104	1.109.606	135.088	93.011

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Resultado antes da tributação	525.962	401.812
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(227.330)	(167.368)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:	44.45.0	(, == .)
Adições (exclusões) permanentes e temporárias	(1.191)	(4.371)
Outros	303	1.270
Imposto de renda e contribuição social no semestre	(228.218)	(170.469)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

		Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)
_	2018	2017	2018	2017
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(21.684)	(24.227)	(694)	(1.322)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(15.995)	(22.997)	(423)	(1.409)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(24.834)	(8.452)	(624)	(206)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(37.754)	(20.434)	(730)	(506)
Volkswagen Participações Ltda.				
Depósitos a prazo	(18.272)	(87.278)	(1.081)	(4.540)
Contas a pagar	(15.965)	(15.636)	=	=
Outras despesas administrativas	-	-	(84.498)	(88.565)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

	Ativo (Passivo)			Receita (Despesa)
•	2018	2017	2018	2017
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.			_	
Depósitos a prazo	(27.860)	(39.402)	(614)	(2.202)
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(451.299)	(621.468)	(16.975)	(32.260)
Letras financeiras subordinadas	(1.858.480)	(1.806.427)	(84.210)	(82.427)
Contas a receber – valores a ressarcir	8	8	-	-
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Contas a receber – valores a ressarcir	252	478	1.371	519
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a pagar	-	(1.549)	-	(1.549)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados ao Grupo no período corresponde a:

	2018	2017
Benefícios de curto prazo	4.031	3.231
Benefícios pós-emprego	72	56
Outros benefícios de longo prazo	247	173
	4.350	3.460

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento a Resolução 4.557/17 do CMN, o Grupo possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

- (i) Risco de Crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, o Grupo estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;
- (ii) Risco Operacional define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. O Grupo captura e registra as perdas operacionais em base histórica, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, elabora e monitora um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas;
- (iii) Risco de Taxa de Juros define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxa de juros no capital e nos resultados do Grupo, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;
- (iv) Risco de Liquidez define-se como a possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;
- (v) Risco Socioambiental define-se risco sócio ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambiental, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido, monitorando o cumprimento das ações estabelecidas, avaliando a efetividade das ações implementadas, bem como identificar eventuais deficiências e necessidades de ajustes;
- (vi) Gerenciamento de Capital o Grupo possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pelo Grupo, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Grupo está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Grupo. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: www.bancovw.com.br/br/home/institucional /relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

(b) Outras despesas administrativas

	2018	2017
Despesas com serviços especializados	114.302	121.332
Despesas com registro de contrato	19.664	15.822
Despesas com depreciação e amortização	4.357	5.672
Despesas de comunicação e manutenção	4.310	6.001
Despesas com publicidade	1.703	2.538
Outras despesas administrativas	1.681	1.874
	146.017	153.239

(c) Outras receitas operacionais

	2018	2017
Resultado com tributos (Nota 14 (d))	89.226	-
Multa penal compensatória	19.097	13.524
Recuperação de encargos e despesas	18.531	17.643
Variação monetária ativa (i)	16.456	22.603
Reversão de provisões	7.607	406
Taxa de permanência	9.906	7.894
Outras receitas operacionais	3.306	2.599
	164.129	64.669

(i) Refere-se à atualização monetária de depósitos judiciais.

(d) Outras despesas operacionais

	2018	2017
Despesas com descontos concedidos	108.877	50.095
Despesas com comissões	105.381	85.956
Despesas com provisões operacionais (i)	78.108	15.996
Despesas com busca e apreensão	16.271	17.108
Variação monetária passiva	11.733	30.371
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimento	1.635	20.390
Outras despesas operacionais	34.973	19.144
	356.978	239.060

⁽i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões para contingências e obrigações legais.

(e) Receita de prestação de serviços

Refere-se à taxa de administração devida pelos participantes do consórcio.

(f) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

(g) Resultado não operacional

Refere-se, ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R\$ 11.103 (2017 – R\$ 13.214).

(h) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pelo Banco, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2018 totaliza R\$ 7.658 (2017 - R\$ 7.130), cuja provisão é de R\$ 77 (2017 - R\$ 71), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

DIRETORIA

RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA

FABRIZIO RUGGIERO

MARIANA PAMPLONA PASCHOAL

CONTADOR

WILLIAM ARIEDI LIMA Contador - CRC 1SP217638/O-5

* * *